

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	9
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Comentário do Desempenho	12
Notas Explicativas	13
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	44

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	47
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	306.756.816
Preferenciais	306.756.816
<b>Total</b>	<b>613.513.632</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	03/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,05320
Reunião do Conselho de Administração	03/04/2018	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial		0,05320

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
1	Ativo Total	5.253.232	4.785.730
1.01	Ativo Circulante	763.696	602.429
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	86.867	79.703
1.01.03	Contas a Receber	334.307	326.980
1.01.03.01	Clientes	334.307	326.980
1.01.04	Estoques	78.203	76.457
1.01.06	Tributos a Recuperar	114.371	2.646
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	114.371	2.646
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	149.948	116.643
1.01.08.03	Outros	149.948	116.643
1.01.08.03.01	Depósitos Judiciais	134.517	109.135
1.01.08.03.02	Outros Créditos	15.431	7.508
1.02	Ativo Não Circulante	4.489.536	4.183.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.228.935	1.234.608
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.825	59.968
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	62.825	59.968
1.02.01.04	Contas a Receber	6.278	3.409
1.02.01.04.01	Clientes	6.278	3.409
1.02.01.07	Tributos Diferidos	450.248	403.498
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	450.248	403.498
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	709.584	767.733
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	266.941	218.494
1.02.01.10.04	Aplicação no caixa único do Estado	6.297	3.823
1.02.01.10.05	Ativos financeiros - contratos de concessão	347.151	458.612
1.02.01.10.06	Depósitos em garantia	3.420	3.341
1.02.01.10.07	Indenização por desapropriação	78.813	76.605
1.02.01.10.08	Outros créditos	6.962	6.858
1.02.02	Investimentos	923	923
1.02.02.01	Participações Societárias	923	923
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	923	923
1.02.03	Imobilizado	116.762	104.196
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	116.762	104.196
1.02.04	Intangível	3.142.916	2.843.574
1.02.04.01	Intangíveis	3.142.916	2.843.574
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.142.916	2.843.574

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2	Passivo Total	5.253.232	4.785.730
2.01	Passivo Circulante	980.708	754.557
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.644	61.907
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.221	13.055
2.01.01.01.01	INSS	13.221	13.055
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	39.423	48.852
2.01.01.02.01	Salários a pagar	1.284	2.238
2.01.01.02.02	FGTS	2.883	3.833
2.01.01.02.03	Participação nos Resultados (PPR)	23.289	31.051
2.01.01.02.04	Fundação Corsan	3.564	3.618
2.01.01.02.05	IPE	4.099	3.857
2.01.01.02.06	Depósitos e retenções Contratuais (Garantias Contratuais)	4.304	4.255
2.01.02	Fornecedores	103.965	118.284
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	103.965	118.284
2.01.03	Obrigações Fiscais	129.705	17.126
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	128.155	15.173
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	116.990	81
2.01.03.01.02	IRPJ Retenção	2.893	4.820
2.01.03.01.03	COFINS	5.566	7.236
2.01.03.01.04	PASEP	1.645	1.921
2.01.03.01.05	PIS/COFINS/CSLL s/Prestação Serviços	1.061	1.115
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.550	1.953
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	73.729	65.939
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	64.580	56.793
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.713	43.915
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.867	12.878
2.01.04.02	Debêntures	9.149	9.146
2.01.05	Outras Obrigações	366.673	297.716
2.01.05.02	Outros	366.673	297.716
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	314.883	241.196
2.01.05.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	31.884	36.456
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	5.633	6.804
2.01.05.02.06	Impostos e contribuições - Parcelamento	14.273	13.260
2.01.06	Provisões	253.992	193.585
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	244.272	185.532
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	141.952	117.882
2.01.06.01.05	Provisões para Férias e Encargos a Pagar	102.320	67.650
2.01.06.02	Outras Provisões	9.720	8.053
2.01.06.02.06	Provisão Convênio SENAI/CORSAN	261	358
2.01.06.02.07	Provisão Contingências Fiscais	9.459	7.695
2.02	Passivo Não Circulante	2.111.697	2.017.173
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	431.654	409.639
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	416.469	386.995
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	401.860	362.855
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.609	24.140
2.02.01.02	Debêntures	15.185	22.644

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2018</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2017</b>
2.02.02	Outras Obrigações	89.240	110.946
2.02.02.02	Outros	89.240	110.946
2.02.02.02.03	Fornecedores	26	136
2.02.02.02.04	Dívidas com Fundação CORSAN	33.596	48.539
2.02.02.02.05	Contratos de Repasse	9.232	9.232
2.02.02.02.06	Impostos e Contribuições - Parcelamento	46.386	53.039
2.02.04	Provisões	1.590.803	1.496.588
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.583.183	1.488.627
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	675.683	560.216
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	907.500	928.411
2.02.04.02	Outras Provisões	7.620	7.961
2.02.04.02.04	Provisões para Tributos Diferidos - PASEP e COFINS	7.620	7.961
2.03	Patrimônio Líquido	2.160.827	2.014.000
2.03.01	Capital Social Realizado	1.635.145	939.148
2.03.02	Reservas de Capital	56.119	49.059
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	38.971	31.911
2.03.02.07	Auxílios para Obras	9.262	9.262
2.03.02.08	Doações e Subvenções para Investimentos	7.886	7.886
2.03.04	Reservas de Lucros	339.610	1.035.607
2.03.04.01	Reserva Legal	106.896	106.896
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	230.960	926.957
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	1.754	1.754
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	141.004	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-11.051	-9.814

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	644.673	1.989.953	645.367	1.895.881
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-450.378	-1.252.624	-389.951	-1.127.484
3.03	Resultado Bruto	194.295	737.329	255.416	768.397
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-150.506	-455.193	-136.942	-404.444
3.04.01	Despesas com Vendas	-35.111	-99.652	-27.509	-82.206
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-131.431	-377.760	-111.103	-328.951
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	22.921	41.079	5.885	36.087
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-6.885	-18.860	-4.215	-29.374
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	43.789	282.136	118.474	363.953
3.06	Resultado Financeiro	6.308	28.125	3.996	34.338
3.06.01	Receitas Financeiras	21.308	74.903	28.991	89.623
3.06.02	Despesas Financeiras	-15.000	-46.778	-24.995	-55.285
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	50.097	310.261	122.470	398.291
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.227	-71.432	-30.663	-98.816
3.08.01	Corrente	-16.006	-118.184	-45.073	-142.619
3.08.02	Diferido	9.779	46.752	14.410	43.803
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	43.870	238.829	91.807	299.475
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	43.870	238.829	91.807	299.475
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,07151	0,38928	0,14964	0,48813
3.99.01.02	PN	0,07151	0,38928	0,14964	0,48813

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	43.870	238.829	91.807	299.475
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-412	-1.237	-437	-1.349
4.03	Resultado Abrangente do Período	43.458	237.592	91.370	298.126



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	292.924	391.036
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	415.436	456.196
6.01.01.01	Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	310.261	398.291
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	97.791	86.269
6.01.01.03	Baixa de Imobilizado e Intangível	770	211
6.01.01.05	Provisão para Devedores Duvidosos	-2.379	-3.600
6.01.01.06	Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	119.778	77.263
6.01.01.07	Provisão para Tributos Diferidos	-341	-342
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias	65.698	61.888
6.01.01.09	Ajuste a Valor Presente sobre Ativos Financeiros	-33.397	-30.281
6.01.01.10	Margem na Construção de Obras-Contratos de Concessão	-2.293	-3.314
6.01.01.11	Ajuste a valor presente sobre clientes	-3.441	272
6.01.01.12	Provisão para Benefício Pós Emprego	-20.911	253
6.01.01.13	Imposto de Renda e Contribuição Social - pagos	-112.876	-124.730
6.01.01.14	Rendimento sobre Aplicação Financeiras de Curto Prazo	-3.224	-5.984
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-122.512	-65.160
6.01.02.02	Aumento de Contas a Receber de Clientes	-4.375	-18.662
6.01.02.03	Aumento (Redução) de Estoques	-1.746	16.518
6.01.02.04	Aumento de Outros Créditos	-119.752	-107.085
6.01.02.05	Aumento de Depósitos Judiciais	-73.829	-49.560
6.01.02.06	Aumento de Rendimentos SIAC	-2.474	-2.927
6.01.02.07	Redução de Fornecedores	-14.428	-38.681
6.01.02.08	Aumento de Impostos e Contribuições	108.438	69.643
6.01.02.09	Aumento de Indenização por Desapropriação	-2.208	-8.951
6.01.02.10	Redução de Dívidas com Fundação CORSAN	-26.303	-26.814
6.01.02.11	Aumento de Férias e Encargos a Pagar	33.716	27.396
6.01.02.12	Redução de Outros Débitos	-1.218	-1.627
6.01.02.13	Aumento de Depósitos em Garantia	-79	-401
6.01.02.14	Redução de Participação nos Resultados	-7.762	-7.998
6.01.02.15	Redução (aumento) de Impostos e Contribuições - Parcelamento	-10.492	83.989
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-262.951	-280.661
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-29.221	-19.080
6.02.03	Custos Construção - Contratos de Concessão	-178.556	-157.742
6.02.04	Outras Aquisições Intangível	-55.541	-77.607
6.02.05	Aplicações Financeiras	367	-26.232
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-22.809	-120.920
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos-Captações	100.952	42.364
6.03.02	Empréstimos e Financiamentos-Pagamentos	-96.536	-103.317
6.03.05	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7.060	869
6.03.06	Dividendo/Juros sobre o Capital Próprio - Pagamentos	-25.375	-51.709
6.03.07	Debêntures - Pagamento	-8.910	-9.127
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	7.164	-10.545
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	79.703	30.586
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	86.867	20.041

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	49.059	1.035.607	0	-9.814	2.014.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	695.997	0	-695.997	-99.062	0	-99.062
5.04.01	Aumentos de Capital	695.997	0	-695.997	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-99.062	0	-99.062
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	238.829	0	238.829
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	238.829	0	238.829
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.060	0	1.237	-1.237	7.060
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.237	-1.237	0
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	7.060	0	0	0	7.060
5.07	Saldos Finais	1.635.145	56.119	339.610	141.004	-11.051	2.160.827

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	939.148	36.478	785.418	0	147.863	1.908.907
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-93.524	0	-93.524
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-93.524	0	-93.524
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	299.475	0	299.475
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	299.475	0	299.475
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	869	0	1.348	-1.348	869
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	1.348	-1.348	0
5.06.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	869	0	0	0	869
5.07	Saldos Finais	939.148	37.347	785.418	207.299	146.515	2.115.727

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017</b>
7.01	Receitas	2.190.496	2.092.197
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.975.353	1.899.646
7.01.02	Outras Receitas	31.915	27.895
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	180.849	161.056
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.379	3.600
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-793.673	-644.426
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-654.654	-543.402
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-115.407	-103.425
7.02.04	Outros	-23.612	2.401
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.396.823	1.447.771
7.04	Retenções	-97.791	-86.269
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-97.791	-86.269
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.299.032	1.361.502
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	83.368	97.744
7.06.02	Receitas Financeiras	74.903	89.623
7.06.03	Outros	8.465	8.121
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.382.400	1.459.246
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.382.400	1.459.246
7.08.01	Pessoal	717.558	702.505
7.08.01.01	Remuneração Direta	507.796	471.731
7.08.01.02	Benefícios	164.834	167.970
7.08.01.03	F.G.T.S.	25.009	23.244
7.08.01.04	Outros	19.919	39.560
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	358.038	381.820
7.08.02.01	Federais	345.660	370.776
7.08.02.02	Estaduais	10.949	9.494
7.08.02.03	Municipais	1.429	1.550
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	67.975	75.446
7.08.03.01	Juros	46.778	55.285
7.08.03.02	Aluguéis	21.197	20.161
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	238.829	299.475
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	99.062	93.524
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	139.767	205.951

A receita bruta de vendas e/ou serviços da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no terceiro trimestre de 2018, alcançou a cifra de R\$ 650.394, isto é, apresentou um incremento de 0,45% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 647.481. Esse incremento pode ser explicado pela combinação de alguns fatores, como: crescimento vegetativo das ligações de água e esgoto e aumento da tarifa a partir de julho de 2018 no percentual de 2,12% para os municípios atendidos pela Corsan.

Os gastos no terceiro trimestre de 2018 sofreram um acréscimo de 19,31%, ou seja, atingiram R\$ 493.008 frente aos R\$ 413.225 verificados no mesmo período do ano anterior. Os grupos de Pessoal/Encargos, Serviços e Gerais realizaram um valor 8,32%, 18,69% e 128,19% respectivamente superiores em comparação ao mesmo período do ano anterior, enquanto que o grupo de Materiais apresentou uma variação negativa de 8,33%.

O confronto entre os valores dos gastos do exercício atual e do anterior, no terceiro trimestre, pode ser observado através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas por Natureza 2018/2017 – 3º Trimestre, a seguir:

Natureza do Gasto	Realização - 3º Trimestre de 2018			Realização - 3º Trimestre de 2017			% Variação
	Custos	Despesas	Total	Custos	Despesas	Total	
Pessoal/Encargos	184.349	72.017	256.366	168.739	67.940	236.679	8,32
Materiais	20.458	1.364	21.822	22.480	1.325	23.805	(8,33)
Serviços	117.326	27.611	144.937	99.296	22.820	122.116	18,69
Gerais	54.265	15.618	69.883	13.597	17.028	30.625	128,19
<b>Subtotal</b>	<b>376.398</b>	<b>116.610</b>	<b>493.008</b>	<b>304.112</b>	<b>109.113</b>	<b>413.225</b>	<b>19,31</b>
Depreciações e Amortizações	27.680	2.451	30.131	28.446	928	29.374	2,57
Provisões	(7.739)	47.481	39.742	637	28.571	29.208	36,07
Custos de Construção	54.040	-	54.040	56.753	-	56.753	(4,78)
Outras Despesas	-	21.885	21.885	-	29.210	29.210	(25,08)
<b>Total</b>	<b>450.379</b>	<b>188.427</b>	<b>638.806</b>	<b>389.948</b>	<b>167.822</b>	<b>557.770</b>	<b>14,53</b>

## Notas Explicativas

Notas explicativas às informações trimestrais

30 de setembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

### 1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Obras, Saneamento e Habitação.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e, concomitantemente, em 289 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 289 municípios, as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 30 de setembro de 2018, há 17 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

### 2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

#### 2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo “International Accounting Standards Board – IASB” em especial ao IAS 34. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em especial o CPC 21 (R1) aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras intermediárias ocorreu na reunião de diretoria de 12 de novembro de 2018.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas, utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados a valor justo e devem ser analisados em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. As políticas contábeis, estimativas e julgamentos contábeis, gestão de risco e métodos de mensuração são os mesmos que aqueles adotados na elaboração das últimas demonstrações financeiras anuais, exceto pelas novas políticas contábeis relacionadas com a adoção do IFRS 15 – Receita de contrato com cliente (CPC 47), adotados pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, que não produziram efeitos significativos nas demonstrações financeiras, conforme descrito na nota 4. A política contábil de reconhecimento e mensuração do imposto de renda e da contribuição social no período intermediário está descrita na nota 8.

## Notas Explicativas

### 2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### 2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

### 2.4) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

### 2.5) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente pela administração para cobrir a expectativa de perdas na realização dos créditos.

### 2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

### 2.7) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### 2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

- Edifícios 25 anos
- Máquinas 10 anos
- Veículos 5 anos
- Demais bens móveis 10 anos

## Notas Explicativas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### 2.9) Ativos intangíveis

#### Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.14, e o valor do ativo financeiro, trazido a valor presente, referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	<u>Vida útil do intangível</u>	<u>Prazo médio de concessão</u>
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, em que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

### 2.10) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou outros passivos financeiros. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a



## Notas Explicativas

receber de clientes e ativos financeiros de contratos de programa. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com a Fundação CORSAN.

A Companhia não realizou, durante o período findo em 30 de setembro de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, operações com instrumentos derivativos.

### *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

### *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e outros passivos financeiros – empréstimos e financiamentos.

### *Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado*

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

### *Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

### *Outros passivos financeiros - empréstimos e financiamentos*

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## **2.11) Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

### *Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas*

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## Notas Explicativas

### 2.12) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação CORSAN.

### 2.13) Impostos

#### *Imposto de renda e contribuição social corrente*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

#### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

## Notas Explicativas

### *Imunidade*

Em virtude do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 93.00.15146-5/RS ou 0015146-22.1993.4.04.7100. Por se tratar de uma contingência ativa, este processo somente será reconhecido nas demonstrações financeiras intermediárias quando do seu efetivo recebimento. O referido processo encontra-se pendente de julgamento no Supremo Tribunal Federal através do processo RE 342314.

### *Impostos sobre serviços*

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%

Os serviços são apresentados na demonstração do resultado pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

### **2.14) Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### *Prestação de serviços*

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

### *Contratos de construção*

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global, e; iii) os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47 Contratos de Construção (IFRS 15), segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,28% em 30 de setembro de 2018 e 1,97% em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia revisa pelo menos anualmente suas margens.

Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

## Notas Explicativas

### *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

### **2.15) Dividendos e juros sobre o capital próprio**

O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado, para fins contábeis, como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como uma redução do Patrimônio Líquido conforme Deliberação CVM nº 683/12. O benefício fiscal relacionado é registrado e ajustado na apuração do IRPJ e CSLL.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 22d.

### **2.16) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado**

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (IASB).

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

*Atividades operacionais:* referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

*Atividades de investimento:* referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

*Atividades de financiamento:* referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A Demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza gerada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

### **2.17) Ajustes a valor presente**

Os ativos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e, em certos casos, implícita. Em 30 de setembro de 2018, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos e o contas a receber de longo prazo foram ajustados a seu valor presente.

### **2.18) Conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

## Notas Explicativas

### 2.19) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

### 2.20) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

No exercício, são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

### 2.21) Redução ao valor recuperável – *Impairment*

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores eventualmente podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Nas datas dos balanços, não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

## Notas Explicativas

### 2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis dos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

## 3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras intermediárias da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

### Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no Balanço Patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível; todavia, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

## Notas Explicativas

### *Benefícios de aposentadoria*

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde tem a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19 (IASB – BV 2012).

O objetivo deste pronunciamento foi de estabelecer quando e de que forma o custo para proporcionar benefícios a empregados deve ser reconhecido pela empresa empregadora, assim como as informações que devem ser divulgadas nas demonstrações financeiras dessa.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) traz em seu conteúdo todas as regras que devem ser atendidas para o correto dimensionamento e contabilização dos passivos pós-emprego das empresas. Além disto, cabe salientar que estas premissas técnicas bem como os métodos adotados para apurar os compromissos de pós-emprego das empresas são internacionalmente aceitos.

### *Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas fiscais, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano.

## 4. PRONUNCIAMENTOS DO IFRS

### **a) Pronunciamentos do IFRS novos ou revisados a serem aplicados pela primeira vez em 2018**

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo permitida sua aplicação antecipada. Com exceção da contabilidade de *hedge*, faz-se necessária a aplicação retrospectiva, contudo, o fornecimento de informações comparativas não é obrigatório. Para a contabilidade, os requisitos geralmente são aplicados de forma prospectiva, com algumas exceções limitadas. A Companhia planeja adotar a nova norma na data efetiva requerida e não fará reapresentação de informações comparativas. Segundo estudos da companhia esta norma não produzirá efeitos em suas demonstrações financeiras.

IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A IFRS 15 está em vigor para períodos anuais

## Notas Explicativas

com início a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a aplicação inicial segundo estudos da companhia não produzirá efeitos no período comparativo de 31 de dezembro de 2017.

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.

### **b) Pronunciamentos do IFRS emitidos ainda não em vigor em 30 de setembro de 2018**

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando de sua adoção inicial:

Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.

Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - A IFRS 16 foi emitida em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento. A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência de arrendamentos e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos sob um único modelo no balanço patrimonial, semelhante à contabilização de arrendamentos financeiros segundo a IAS 17.61.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos). Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da



## Notas Explicativas

alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

Não há alteração substancial na contabilização do arrendador com base na IFRS 16 em relação à contabilização atual de acordo com a IAS 17. Os arrendadores continuarão a classificar todos os arrendamentos de acordo com o mesmo princípio de classificação da IAS 17, distinguindo entre dois tipos de arrendamento: operacionais e financeiros.

A IFRS 16 também exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas na IAS 17.

A IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019. O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a retrospectiva completa ou uma abordagem modificada da retrospectiva. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções. Esta norma não tem impactos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que ela não adota este tipo operação.

A Companhia pretende adotar tais normas quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações da Companhia, a administração não espera que estas alterações produzam efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

### Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa	1	1
Depósitos bancários	15.416	25.749
Aplicações de liquidez imediata	71.450	53.953
<b>Total</b>	<b>86.867</b>	<b>79.703</b>

### Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$62.825 em 30 de setembro de 2018 (R\$59.968 em 31 de dezembro de 2017) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

<u>Banco</u>	<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.479
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	6.835
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	49.511
<b>Total</b>		<b>62.825</b>

**Notas Explicativas****6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber vincendas		
Particular	<b>170.911</b>	163.463
Pública	<b>9.364</b>	13.085
Contas a receber vencidas		
Particular	<b>78.343</b>	74.571
Pública	<b>11.647</b>	13.087
Receitas a faturar	<b>73.978</b>	72.221
Total de contas a receber	<b>344.243</b>	336.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<b>(3.658)</b>	(6.038)
	<b>340.585</b>	330.389
Circulante	<b>334.307</b>	326.980
Não circulante	<b>6.278</b>	3.409

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<b>Particular</b>	<b>Pública</b>	<b>Particular</b>	<b>Pública</b>
A vencer	<b>170.911</b>	<b>9.364</b>	163.463	13.085
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	<b>53.618</b>	<b>4.059</b>	48.196	4.517
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	<b>16.593</b>	<b>5.396</b>	16.465	3.513
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	<b>6.032</b>	<b>634</b>	6.952	1.977
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	<b>1.243</b>	<b>939</b>	1.898	1.548
Créditos vencidos - mais de 360 dias	<b>857</b>	<b>619</b>	1.060	1.532
Total	<b>249.254</b>	<b>21.011</b>	238.034	26.172

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.14).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber vencidas há mais de 180 dias e faturas que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do período	<b>(6.038)</b>	(10.331)
Adições	<b>(16.688)</b>	(10.619)
Reversões/realização de perda	<b>19.068</b>	14.912
Saldo no final do período	<b>(3.658)</b>	(6.038)

**Notas Explicativas****7. ESTOQUES**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Tubulações de água e esgoto	59.489	59.064
Materiais de tratamento/laboratório	3.512	2.972
Materiais diversos	15.202	14.421
<b>Total</b>	<b>78.203</b>	<b>76.457</b>

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados no intangível.

**8. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>Classificados no ativo não circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	450.248	403.498
<b>Classificados no passivo não circulante</b>		
PASEP e COFINS diferidos	7.620	7.961

**a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

De acordo com o CPC 32 (R2), vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias. As bases destes créditos são as seguintes:

**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	907.500	928.411
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	9.459	7.692
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	817.635	678.098
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.658	6.038
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões para perdas - Prefeitura de Novo Hamburgo	88.514	88.514
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	20.428	26.691
Reserva de reavaliação	(74.246)	(74.259)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(249.081)	(260.275)
Encargos financeiros capitalizados	(230.435)	(215.040)
Variação cambial tributada por regime de caixa	3.684	(2.091)
Outras provisões e diferenças temporárias	17.535	(6.631)
<b>Total das diferenças temporárias</b>	<b>1.324.261</b>	<b>1.186.758</b>
Alíquota vigente	34%	34%
<b>Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos</b>	<b>450.248</b>	<b>403.498</b>

**Notas Explicativas**

<b>Conciliação alíquota efetiva</b>	<b>30/09/2018</b>	<b>30/09/2017</b>
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	<b>310.261</b>	398.291
Alíquota vigente	<b>34%</b>	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	<b>(105.489)</b>	(135.418)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	<b>33.681</b>	31.798
Incentivos fiscais	<b>3.888</b>	4.521
Outras diferenças permanentes	<b>(3.512)</b>	283
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<b>(71.432)</b>	(98.816)
Corrente	<b>(118.184)</b>	(142.619)
Diferido	<b>46.752</b>	43.803
Alíquota efetiva	<b>23%</b>	25%

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12, o valor dos JSCP foi registrado diretamente no Patrimônio Líquido.

**b) COFINS e PASEP diferidos**

	<b>30/09/2018</b>			<b>31/12/2017</b>		
	<b>COFINS</b>	<b>PASEP</b>	<b>Total</b>	<b>COFINS</b>	<b>PASEP</b>	<b>Total</b>
RTT	<b>6.261</b>	<b>1.359</b>	<b>7.620</b>	6.541	1.420	7.961
Valor passivo	<b>(6.261)</b>	<b>(1.359)</b>	<b>(7.620)</b>	(6.541)	(1.420)	(7.961)

**9. OUTROS CRÉDITOS**

	<b>30/09/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Créditos com prefeituras municipais	<b>2.960</b>	2.815
Adiantamento de férias	<b>10.861</b>	3.682
Indenizações judiciais a receber	<b>4.434</b>	4.434
Por serviços ou obras prestados a terceiros	<b>1.963</b>	2.025
Valores a compensar	<b>1.041</b>	1.033
Créditos diversos	<b>1.134</b>	377
	<b>22.393</b>	14.366
Circulante	<b>15.431</b>	7.508
Não circulante	<b>6.962</b>	6.858

**10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO**

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2018, R\$347.151 a receber do poder concedente (municípios), referente ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$458.612 em 31 de dezembro de 2017). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	<b>30/09/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Ativos financeiros	<b>930.406</b>	1.209.967
( - ) Ajuste a valor presente	<b>(583.255)</b>	(751.355)
<b>Total</b>	<b>347.151</b>	458.612

**Notas Explicativas**

<b>Movimentação do Ativo Financeiro</b>	<b>30/09/2018</b>	<b>31/12/2017</b>
Saldo no início do período	<b>458.612</b>	402.336
Constituição/realização de AVP	<b>33.397</b>	42.454
Adições/(Baixas)	<b>(28.148)</b>	(59.856)
Transferências líquidas	<b>(116.710)</b>	73.678
Saldo no final do período	<b>347.151</b>	458.612

**Transferência de bens e serviços**

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi sustado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. A ação judicial prosseguiu, então, sob o nº 001/1.05.0286812-4, limitando-se a discutir a indenização em relação ao patrimônio que a CORSAN detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Nesse processo, foi reconhecido o dever do citado município em indenizar a CORSAN, tendo sido, expedido o competente precatório para pagamento da respectiva dívida o qual foi deferido para inclusão no orçamento de 2019.

Muito embora o precatório estabeleça um valor, este não representa, necessariamente, aquele que será ao final pago e que tampouco a requisição judicial do precatório permite estabelecer o momento em que o pagamento será realizado, diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 - o ativo contingente não foi reconhecido contabilmente pois no instante do trânsito em julgado ou da expedição do precatório estão ausentes a disponibilidade econômica e jurídica da renda, pois não haveria liquidez e certeza acerca do recebimento do crédito, nem do seu valor efetivo.

O saldo deste ativo financeiro em 30 de setembro de 2018 totaliza R\$23.058 (R\$23.058 em 31 de dezembro de 2017).

Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS, a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao município de Uruguaiiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 30 de setembro de 2018 totaliza R\$34.122 (R\$34.170 em 31 de dezembro de 2017).

**11. IMOBILIZADO**

<b>Custo</b>	<b>Sistemas de esgoto</b>	<b>Bens de uso geral</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total do imobilizado</b>
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208
Adições	-	28.427	794	29.221
Baixas	-	(1.720)	-	(1.720)
Transferências	-	(1.668)	(46)	(1.714)
<b>Saldos em 30/09/2018</b>	<b>22.128</b>	<b>375.008</b>	<b>2.859</b>	<b>399.995</b>

**Depreciação**

Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)
Depreciações	(260)	(14.084)	-	(14.344)
Baixas	-	1.071	-	1.071
Transferências	-	52	-	52
<b>Saldos em 30/09/2018</b>	<b>(19.257)</b>	<b>(263.976)</b>	<b>-</b>	<b>(283.233)</b>

Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196
<b>Saldos líquidos em 30/09/2018</b>	<b>2.871</b>	<b>111.032</b>	<b>2.859</b>	<b>116.762</b>

## Notas Explicativas

A depreciação do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$9.067 (R\$8.887 em 30 de setembro de 2017), R\$1.370 (R\$1.380 em 30 de setembro de 2017) como despesa comercial e R\$3.907 (R\$1.267 em 30 de setembro de 2017) como despesa administrativa. Sob a rubrica "sistemas de esgotos", são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados. Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

## 12. INTANGÍVEL

<b>Custo</b>	<b>Sistemas de abastecimento de água</b>	<b>Sistemas de esgoto</b>	<b>Bens de uso geral</b>	<b>Obras em andamento</b>	<b>Total do intangível</b>
Saldos em 31/12/2017	1.045.531	928.863	162.185	1.240.243	3.376.822
Adições	11.689	1.361	10.766	198.802	222.618
Baixas	-	-	(102)	(103)	(205)
Transferências	87.824	155.088	8.751	(91.246)	160.417
<b>Saldos em 30/09/2018</b>	<b>1.145.044</b>	<b>1.085.312</b>	<b>181.600</b>	<b>1.347.696</b>	<b>3.759.652</b>
<b>Amortização</b>					
Saldos em 31/12/2017	(300.036)	(170.766)	(62.446)	-	(533.248)
Amortizações	(41.723)	(31.932)	(9.792)	-	(83.447)
Baixas	-	-	84	-	84
Transferências	8	-	(133)	-	(125)
<b>Saldos em 30/09/2018</b>	<b>(341.751)</b>	<b>(202.698)</b>	<b>(72.287)</b>	<b>-</b>	<b>(616.736)</b>
Saldos líquidos em 31/12/2017	745.495	758.097	99.739	1.240.243	2.843.574
<b>Saldos líquidos em 30/09/2018</b>	<b>803.293</b>	<b>882.614</b>	<b>109.313</b>	<b>1.347.696</b>	<b>3.142.916</b>

A amortização do período apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$83.447 (R\$74.735 em 30 de setembro de 2017).

Sob a rubrica "bens de uso geral", são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o período é de R\$5.020 (R\$5.895 em 30 de setembro de 2017).

## 13. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

**Notas Explicativas****14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	<b>38.350</b>	34.982	<b>208.996</b>	173.493
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	<b>14.867</b>	12.878	<b>14.609</b>	24.140
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	<b>9.246</b>	6.844	<b>172.807</b>	168.169
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	<b>144</b>	146	<b>798</b>	838
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	<b>1.626</b>	1.594	<b>16.681</b>	17.552
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	<b>347</b>	349	<b>2.578</b>	2.803
<b>Total</b>				<b>64.580</b>	56.793	<b>416.469</b>	386.995

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES) possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2019	11.749
2020	61.948
2021	47.917
2022	48.530
2023	38.656
Após 2023	207.669
<b>Total</b>	<b>416.469</b>

**15. DEBÊNTURES**

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

Foram emitidas 93 debêntures no valor total de R\$57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira série, 30 debêntures na segunda série e 35 debêntures na terceira série.

Em 30 de setembro de 2018, os recursos da primeira, segunda e terceira emissão foram captados, conforme segue:

Primeira emissão: são 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 (três) anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022.

Segunda emissão: são 30 (trinta) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 25 de março de 2013, com 37 (trinta e sete) meses de carência do principal

**Notas Explicativas**

e vencimentos de 7 (sete) parcelas anuais, sendo que a última parcela será liquidada em 25 de abril de 2023.

Terceira emissão: são 35 (trinta e cinco) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de dezembro de 2014, com 36 (trinta e seis) meses de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 15 de janeiro de 2024.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
			1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.099
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.094	4.085	7.868	11.422
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.956	2.953	3.917	6.093
<b>Total</b>			<b>9.149</b>	9.146	<b>15.185</b>	22.644

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 30 de setembro de 2018, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$3.420(R\$3.341 em 31 de dezembro de 2017).

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento líquido total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de cobertura do serviço da dívida total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/receita líquida	Igual ou inferior a 26%

**16. FORNECEDORES**

	30/09/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	103.965	118.284
Parcelamento - RGE	26	136
	<b>103.991</b>	118.420
Circulante	103.965	118.284
Não circulante	26	136

**17. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES**

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não Circulante	
			30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
COFINS	Selic	04/2022	7.040	6.540	22.879	26.161
PASEP	Selic	04/2022	1.528	1.420	4.967	5.680
Contribuição social	Selic	04/2022	731	679	2.376	2.716
Imposto de renda	Selic	04/2022	4.974	4.621	16.164	18.482
<b>Total</b>			<b>14.273</b>	13.260	<b>46.386</b>	53.039



**Notas Explicativas****18. OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Consignações a recolher	5.079	5.611
Outras contas a pagar	554	1.193
<b>Total</b>	<u><u>5.633</u></u>	<u><u>6.804</u></u>

**19. CONTRATOS DE REPASSE****a) Orçamento Geral do Estado - OGE**

Foi assinado contrato de repasse do Orçamento Geral do Estado – OGE, entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento - SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul - Banrisul, e a CORSAN, que tem por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, recebeu os recursos financeiros para execução das obras e garantiu a contrapartida do contrato. Os valores foram transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$4.090 em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. Historicamente, estes valores são capitalizados por determinação do Acionista Controlador.

**b) Agência Nacional das Águas – ANA**

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação, e montam R\$5.142 em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

**20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizados conforme a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	<u>30/09/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível e fiscal</u>	<u>Trabalhista</u>	<u>Cível e fiscal</u>
Saldo inicial	553.330	124.768	431.369	118.515
Adições	206.716	37.687	218.686	8.712
Saques/reversões	(114.172)	(10.453)	(121.087)	(6.906)
Despesa financeira	15.170	4.589	24.362	4.447
<b>Saldo final</b>	<u><u>661.044</u></u>	<u><u>156.591</u></u>	553.330	124.768
<b>Total</b>		<u><u>817.635</u></u>		<u><u>678.098</u></u>
Circulante		141.952		117.882
Não circulante		675.683		560.216

## Notas Explicativas

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo inicial	327.629	272.242
Adições	181.650	232.693
Saques/reversões	(107.821)	(177.306)
<b>Saldo final</b>	<b>401.458</b>	<b>327.629</b>
Circulante	134.517	109.135
Não circulante	266.941	218.494

### Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual, tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, no qual os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, em que foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos, a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 30 de setembro de 2018, R\$74.507 (R\$71.236 em 31 de dezembro 2017).

b) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.421 ações. Em 30 de setembro de 2018, a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$586.537 (R\$482.094 em 31 de dezembro de 2017).

c) Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis, para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$248.447 em 30 de setembro de 2018 (R\$264.788 em 31 de dezembro de 2017).

### Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013, a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 30 de setembro de 2018 no montante de R\$4.668 (R\$4.668 em 31 de dezembro de 2017).

b) Em 29 de agosto de 2012, a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação CORSAN, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$6.379 em 30 de setembro de 2018 (R\$5.890 em 31 de dezembro de 2017).

c) Outras reclamações - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.945 ações para as quais está provisionado em 30 de setembro de 2018 o montante de R\$145.544 (R\$114.210 em 31 de dezembro de 2017).

d) A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$285.599 em 30 de setembro de 2018 (R\$215.056 em 31 de dezembro de 2017).

**Notas Explicativas****21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Plano de benefício definido	619.826	612.677
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	69.495	73.634
Incentivo à demissão voluntária	218.179	242.100
	<u>907.500</u>	<u>928.411</u>

**a) Plano de aposentadoria**

O plano de benefícios "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação CORSAN, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação CORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação CORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

**b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE**

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços", celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação CORSAN.

**c) Incentivo à demissão voluntária**

A CORSAN mantém um benefício de Incentivo à Demissão Voluntária aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2016 – 2017. A referida vantagem permaneceu aberta para novas adesões até 31 de dezembro de 2016. A CORSAN dispõe de um prazo de 30 meses para efetivar o desligamento. Em 30 de setembro de 2018, há 113 adesões aguardando efetivo desligamento.

A indenização mensal é limitada em até 62 meses ou no momento em que os empregados completarem as carências junto da Fundação CORSAN, o que ocorrer primeiro.

Em 1º de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária - PDV, com prazo para adesão de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2016, onde até 31 de dezembro de 2016, 1.590 funcionários aderiram ao plano. No período compreendido entre 1º de janeiro a 30 de setembro de 2018, 57 funcionários já haviam se desligado da Companhia. No período a despesa com desligamento foi de R\$35.314 (R\$52.330 no período findo em 30 de setembro de 2017).

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora FUNCORSAN no valor de R\$65.480 em 30 de setembro de 2018 (R\$84.167 em 30 de setembro de 2017).

A Companhia reconheceu, em 30 de setembro de 2018, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$20.911. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

## **Notas Explicativas**

### **Estrutura jurídica**

A Fundação CORSAN caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada, constituída sob forma de fundação pela Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.

### **Gestão de investimentos**

A gestão dos fundos de investimentos da Fundação CORSAN está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação CORSAN.

### **Política de investimentos**

A Fundação CORSAN planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, bem como em conformidade com sua política de investimentos.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.

### **Fontes de recursos**

A Fundação CORSAN obtém recursos decorrentes de:

- \* contribuição de participantes ativos e assistidos;
- \* contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN;
- \* receitas de aplicações do patrimônio.

### **Gestão de recursos**

A Fundação CORSAN delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de parte de seus recursos, realizando acompanhamento diário destes gestores e fundos de investimentos.

### **Custeio administrativo**

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

### **Despesas de administração do plano**

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No período findo em 30 de setembro de 2018, as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

**Notas Explicativas****22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a) Capital social**

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social da Companhia é de R\$1.635.145 e R\$939.148 respectivamente, estando assim representado:

<b>Acionistas</b>	<b>Ações ordinárias</b>	<b>Ações preferenciais</b>	<b>Total ações</b>	<b>Capital total (%)</b>	<b>Capital votante (%)</b>	<b>Ações preferenciais (%)</b>
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
<b>Total</b>	<b>306.756.816</b>	<b>306.756.816</b>	<b>613.513.632</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>	<b>100,00000000000</b>

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

**b) Reservas de capital**

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

**c) Outros resultados abrangentes**

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 30 de setembro de 2018 monta R\$71.423 (R\$72.659 em 31 de dezembro de 2017), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no período findo em 30 de setembro de 2018, totalizou R\$1.237, líquido dos efeitos tributários (R\$1.348 em 30 de setembro de 2017).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado um ganho atuarial de R\$82.473 líquidos dos efeitos de créditos tributários.

## Notas Explicativas

### d) Remuneração aos acionistas

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no período findo em 30 de setembro de 2018, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$99.062 (R\$93.524 em 30 de setembro de 2017), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do período findo em 30 de setembro de 2018 foram reduzidos em R\$33.681 (R\$31.798 em 30 de setembro de 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de adequação à Deliberação CVM nº 683/12 o valor dos juros sobre capital próprio é registrado no Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou parte do valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos líquido do Imposto de renda retido na fonte.

### e) Reservas de lucros

#### Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

#### Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

#### Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

### f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$38.971 em 30 de setembro de 2018 (R\$31.911 em 31 de dezembro de 2017), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

Em 11 de janeiro de 2018 a CORSAN foi comunicada do cancelamento dos Termos de Compromisso OGU PAC 2 - Estudos e Projetos de Água e Esgoto pelo Ministério das Cidades, todos assinados em 31/10/2011 entre o Governo de Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério das Cidades.

Em função disso, em 26 de janeiro de 2018, procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$387.

Em agosto e setembro de 2018 a CORSAN foi comunicada da finalização dos Termos de Compromisso OGU PAC 1 e 2 nº 0350934-85/2011 e 0237831-52/2007 referente as cidades de Venâncio Aires e Cacheira do Sul. Em função disso procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$3 e R\$183, respectivamente.

## 23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

### a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul:

**Notas Explicativas**

	<u>30/09/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas de água e esgoto - saldo a receber	<b>19.398</b>	18.217
Aplicações no caixa único do Estado	<b>6.297</b>	3.823
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	<b>(314.883)</b>	(230.926)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	-	(10.270)

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

**b) Fundação CORSAN**

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				30/09/2018	31/12/2017	30/09/2018	31/12/2017
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	-	1.259	-	-
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	<b>20.878</b>	19.861	<b>23.255</b>	34.937
Contrato 122005	(*)		01/09/20	<b>11.006</b>	15.336	<b>10.341</b>	13.602
				<b>31.884</b>	36.456	<b>33.596</b>	48.539

(\*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos). Em 30 de setembro de 2018, o montante dos compromissos com a Fundação CORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2019	12.640
2020	20.956
<b>Total</b>	<b>33.596</b>

**c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS**

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 30 de setembro de 2018 é de R\$3.234 (R\$3.117 em 31 de dezembro de 2017).

**24. RECEITA LÍQUIDA**

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	<u>30/09/2018</u>	<u>30/09/2017</u>
Serviços de abastecimento de água	<b>1.868.297</b>	1.793.444
Serviços de esgoto	<b>126.124</b>	118.711
Receitas de construção	<b>180.848</b>	161.056
Impostos sobre receita serviços	<b>(185.316)</b>	(177.330)
	<b>1.989.953</b>	1.895.881

**Notas Explicativas****25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS**

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

<b>Despesas por natureza</b>	<b>30/09/2018</b>	<b>30/09/2017</b>
Pessoal	<b>705.562</b>	674.463
Materiais	<b>69.553</b>	71.089
Energia elétrica	<b>188.390</b>	161.131
Serviços de terceiros	<b>222.367</b>	191.349
Gerais	<b>132.392</b>	85.677
Depreciações e amortizações	<b>97.791</b>	86.269
Provisões	<b>135.425</b>	110.921
Custos de construção	<b>178.556</b>	157.742
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	<b>(22.219)</b>	(6.713)
	<b>1.707.817</b>	1.531.928
Classificados como:		
Custos dos serviços	<b>1.252.624</b>	1.127.484
Despesas comerciais	<b>99.652</b>	82.206
Despesas administrativas	<b>377.760</b>	328.951
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	<b>(22.219)</b>	(6.713)
	<b>1.707.817</b>	1.531.928

**26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	<b>30/09/2018</b>	<b>30/09/2017</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>74.903</b>	89.623
Acréscimos por inadimplementos	<b>24.255</b>	22.623
Variações monetárias ativas	<b>4.098</b>	22.654
Receitas financeiras pela realização de AVP	<b>33.397</b>	30.281
Variações cambiais ativas	<b>3.550</b>	4.433
Outras receitas financeiras	<b>9.603</b>	9.632
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(46.778)</b>	(55.285)
Juros e taxas sobre financiamentos	<b>(7.399)</b>	(7.779)
Juros e taxas sobre outras obrigações	<b>(4.748)</b>	(6.380)
Variações monetárias passivas	<b>(24.789)</b>	(38.050)
Variações cambiais passivas	<b>(9.101)</b>	(3.076)
Outras despesas financeiras	<b>(741)</b>	-
Resultado financeiro líquido	<b>28.125</b>	34.338

**27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade. As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:



## Notas Explicativas

### a) Instrumentos financeiros

Em 30 de setembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

*Caixa e equivalentes de caixa* – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela Companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores;

*Aplicações financeiras* – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária;

*Contas a receber* – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas estimadas para credores de liquidação duvidosa;

*Ativos financeiros* – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados;

*Contas a pagar* – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável;

*Empréstimos e financiamentos e debêntures* – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço;

*Dívidas com a Fundação CORSAN* – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 23.b.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. O valor justo dos instrumentos financeiros é apurado conforme descrito na nota 2.10.

### b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

### c) Gerenciamento de riscos

#### *Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia*

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

#### i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 30 de setembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

**Notas Explicativas****ii) Risco de liquidez:**

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	66.787	167.584	396.510	<b>630.881</b>
Parcelamento de impostos	15.843	49.134	21.837	<b>86.814</b>
Debêntures	9.325	16.351	-	<b>25.676</b>
Fornecedores	103.972	28	-	<b>104.000</b>
Dívidas Fundação CORSAN	33.797	38.402	-	<b>72.199</b>
	<b>229.724</b>	<b>271.499</b>	<b>418.347</b>	<b>919.570</b>

**iii) Risco de mercado:**

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

**Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio**

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 30 de setembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2018 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2018	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	<b>(204.227)</b>	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	<b>(247.346)</b>	(13.060)	(10.883)	(16.325)	(20.406)	(24.487)
Empréstimos	US Dólar	<b>(29.476)</b>	6.485	10.316	737	(6.448)	(13.632)
Debêntures	TJLP	<b>(24.334)</b>	(1.285)	(1.071)	(1.606)	(2.008)	(2.409)
		<b>(505.383)</b>	<b>(7.859)</b>	<b>(1.637)</b>	<b>(17.194)</b>	<b>(28.860)</b>	<b>(40.530)</b>
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		5,28	4,40	6,60 **	8,25	9,90
	US Dólar	4,00	3,12	2,60	3,90 ***	4,88	5,85

Fontes:

\* Portal Brasil

\*\* BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

\*\*\* Focus - Relatório de Mercado

## Notas Explicativas

### d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2018 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	14	<b>481.049</b>	443.788
Parcelamento de impostos e contribuições	17	<b>60.659</b>	66.299
Debêntures	15	<b>24.334</b>	31.790
Fornecedores	16	<b>103.991</b>	118.420
Dívida Fundação CORSAN	23.b	<b>65.480</b>	84.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	<b>(86.867)</b>	(79.703)
(-) Aplicações financeiras	5	<b>(62.825)</b>	(59.968)
Dívida líquida		<b>585.821</b>	605.621
Patrimônio e adiantamentos		<b>2.160.827</b>	2.014.000
Capital social e dívida líquida		<b>2.746.648</b>	2.619.621

## 28. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o trimestre findo em 30 de setembro de 2018:

	31/12/2017	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetárias	Juros	Transferências	30/09/2018
Empréstimos e financiamentos circulante	56.793	(76.458)	-	2.462	26.964	54.819	64.580
Debêntures circulante	9.146	(8.910)	-	-	1.000	7.913	9.149
JSCP e dividendos a pagar	241.196	(25.375)	99.062	-	-	-	314.883
Empréstimos e financiamentos não circulante	386.995	80.273	-	4.021	-	(54.820)	416.469
Debêntures não circulante	22.644	-	-	453	-	(7.912)	15.185
Contratos de repasse (FUNASA, ANA)	9.232	-	-	-	-	-	9.232
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.911	7.060	-	-	-	-	38.971

## Notas Explicativas

Jorge Luiz Costa Melo  
Diretor Presidente e Diretor Financeiro  
e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganela  
Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho  
Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin  
Diretor de Inovação,  
Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon  
Diretor de Expansão e  
Diretor Comercial

Graziela Bohn Flores  
Superintendente de Contabilidade  
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7

A receita projetada para o terceiro trimestre de 2018 foi na ordem de R\$ 662.521 enquanto a realizada neste período alcançou R\$ 650.394, ficando 1,86% abaixo da meta estabelecida.

Conforme se verifica no Quadro 1 abaixo, havia uma previsão de que os gastos atingissem R\$ 428.289, tendo sido realizado R\$ 493.008, ou seja, 15,11% acima do projetado para o terceiro trimestre de 2018.

No que diz respeito aos gastos por natureza, os grupos de Pessoal/Encargos, Serviços e Gerais, realizaram, respectivamente, 4,11%, 8,32% e 177,69% acima do previsto. Já o grupo de Materiais realizou 5,44% abaixo do previsto para o trimestre em questão.

Na execução do terceiro trimestre de 2018, cabe análise de algumas naturezas que se tornaram importantes devido a sua execução orçamentária. Abaixo seguem comentários:

### **Pessoal/Encargos**

- Vantagens e Encargos – As naturezas pertencentes a este grupo apresentaram valores 3,33% maiores aos valores orçados para o período em análise, tendo sido orçado R\$ 203.636 e realizado R\$ 210.424;

- Indenizações Trabalhistas – No grupo de despesas com pessoal essa natureza merece destaque, tendo sido orçado R\$ 25.000 e realizado \$ 28.950, ou seja, 15,8% superior ao previsto inicialmente para o período;

- Horas Extras - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 7.246 tendo como realizado R\$ 7.323;

- Programa de Demissão Voluntária/Rescisão Trabalhista – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 12.900 e realizado R\$ 12.793;

### **Materiais**

- Material de Tratamento – Tratando-se da natureza com maior relevância do grupo de materiais, no trimestre analisado realizou 14,32% abaixo do orçamento previsto, tendo sido orçado R\$ 12.254 e realizado R\$ 10.500;

- Materiais de Conservação e Manutenção de Redes - Foi previsto para o trimestre em análise o montante de R\$ 2.963 tendo sido realizado R\$ 2.675;

- Combustíveis para veículos – Foi orçado para esta natureza R\$ 2.932 e realizado R\$ 3.341, o que representou em um acréscimo de 13,95%.

### **Serviços**

- Força e Luz – Os serviços de energia elétrica representam aproximadamente 11,76% das despesas da empresa e 50,05% das despesas do grupo de serviços. No trimestre analisado, esta despesa realizou 34,04% acima do orçamento previsto, ou seja, foi orçado R\$ 54.113 e realizado R\$ 72.534;

- Serviços Técnicos Profissionais - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 5.901 e tendo como realizado R\$ 6.746, ou seja, 14,32% acima do orçado;

- Serviços de segurança – No terceiro trimestre de 2018 foi projetado R\$ 10.653, tendo sido executado R\$ 10.431, ou seja, 2,08% de redução em relação ao orçado;

- Serviços Contrato Operacional (retro, caçamba, reaterro de valas e repavimentação) – No trimestre analisado, essa natureza realizou 2,19% abaixo do orçamento previsto originalmente para o período, tendo sido orçado R\$ 26.389 e realizado R\$ 25.812;

- Serviço de Operação e Processamento de Dados - Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 6.895 e tendo como realizado R\$ 7.477, ou seja, 8,44% acima do orçado originalmente.

### **Gerais**

- Indenizações a Terceiros – Foi previsto para o trimestre em análise, o montante de R\$ 5.000 e realizado R\$ 3.290, ou seja, 34,2% abaixo do orçado;

## Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

- Fundo Municipal de Gestão Compartilhada e Custo de Concessão Aportes Extraordinário – No grupo despesas Gerais essa natureza merece destaque. O orçado foi de R\$ 7.654 e o realizado R\$ 42.022, ou seja, 449,02% acima do previsto. Essa variação expressiva se deve a repactuação de contratos de programas de alguns municípios da região metropolitana.

Cabe referir que na Execução Orçamentária de 2018 estão autorizadas as transferências de dotação entre naturezas afins, como por exemplo, Materiais e Serviços, de acordo com o Manual da Execução Orçamentária, podendo assim, haver diferenças entre os valores inicialmente previstos nessas rubricas.

A comparação das despesas previstas e realizadas para o trimestre em questão pode ser observada através do Quadro 1 – Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2º Trimestre de 2018, conforme segue:

**Quadro 1 - Comparativo das Despesas Previstas e Realizadas - 2018 (Em R\$ mil)**

<b>Natureza do Gasto</b>	<b>Previsto</b>	<b>Realizado</b>	<b>% Variação</b>
Pessoal/Encargos	246.239	256.366	4,11
Materiais	23.076	21.822	(5,44)
Serviços	133.808	144.937	8,32
Gerais	25.166	69.883	177,69
<b>Total</b>	<b>428.289</b>	<b>493.008</b>	<b>15,11</b>

Por fim, salienta-se que as análises realizadas não consideram a receita e custo de construção e o resultado apurado, sem margem de construção, até 30/09/2018 aponta um Lucro Líquido de R\$ 296.160.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.

Eldorado do Sul, 12 de novembro de 2018.

Aos

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Porto Alegre – RS

#### Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO – CORSAN, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2018, as mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findos naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias contidas na demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

AudiLink & Cia. Auditores

CRC/RS 003688/F-0

Roberto Caldas Bianchessi

Contador CRC/RS 040078/O-7 S-RS

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram as Demonstrações Financeiras compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras, Relatório dos Auditores Independentes relativos ao Trimestre findo em 30 de setembro de 2018. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa AudiLink & Cia. Auditores e à vista do Relatório, o Conselho Fiscal declara que os referidos documentos estão aptos à aprovação. Porto Alegre, 13 de novembro de 2018. Paulo Marques dos Reis, Felipe Henrique Giaretta, Rogerio Alves Rios.

Porto Alegre, 13 de Novembro de 2018.

Rogério Alves Rios

Paulo Marques dos Reis

Felipe Henrique Giaretta



## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Presidente e Diretor Financeiro

e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganela

Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor de Inovação,

Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão e

Diretor Comercial

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### DECLARAÇÃO DE REVISÃO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o conteúdo e opinião expressos no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia do trimestre findo em 30 de setembro de 2018.

Porto Alegre, 12 de novembro de 2018.

Jorge Luiz Costa Melo

Diretor Presidente e Diretor Financeiro

e de Relações com Investidores

Alberto Carlos Paganela

Diretor Administrativo

Eduardo Barbosa Carvalho

Diretor de Operações

Jean Carlo Flores Bordin

Diretor de Inovação,

Relacionamento e Sustentabilidade

Marcus Vinicius Caberlon

Diretor de Expansão e

Diretor Comercial